

O BRASIL NO CAPITALISMO DO SÉCULO XXI



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES – IARA BELELI

MARCO AURÉLIO CREMASCO – MARIA TEREZA DUARTE PAES

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

Marcio Pochmann
Luciana Caetano da Silva

O BRASIL NO CAPITALISMO
DO SÉCULO XXI
*desmodernização e
desencadeamento intersetorial*

EDITOR A U N I C A M P

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

P75b

Pochmann, Marcio

O Brasil no capitalismo do século XXI : desmodernização e desencadeamento intersetorial / Marcio Pochmann e Luciana Caetano da Silva. – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2023.

1. Capitalismo (Economia) – Brasil – Sec. XXI. 2. Matérias-primas – Exportação – Brasil. 3. Produção (Economia) – Brasil.
4. Neoliberalismo. I. Silva, Luciana Caetano da. II. Título.

CDD – 330.1220981
– 333.70981
– 338.50981
– 320.513

ISBN 978-85-268-1618-3

Copyright © by Marcio Pochmann e Luciana Caetano da Silva
Copyright © 2023 by Editora da Unicamp

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade dos autores e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

*O Brasil enriqueceu, desenvolveu-se, mas mantém sua subordinação
aos grandes centros, às decisões negociadas fora do país.*

*Há hoje no mundo algum país que crie empregos na agricultura?
Desde 1990 o Brasil criou 4 milhões, mesmo sendo de subsistência.*

É o nosso milagre: a terra.

Celso Furtado

Subdesenvolvimento não se improvisa, é obra de séculos.

Nelson Rodrigues

*A prosperidade de alguns homens públicos do Brasil é uma prova
evidente de que eles vêm lutando pelo progresso
do nosso subdesenvolvimento.*

Stanislaw Ponte Preta

SUMÁRIO

Apresentação

Os três tempos do Brasil na condição de periferia do capitalismo mundial	9
---	----------

1. O Brasil à deriva no capitalismo nascente..... 17

1.1 O capitalismo mundial na virada para o século XX	21
1.2 O capitalismo nascente no Brasil.....	26
1.2.1 <i>O sentido da mudança republicana</i>	30
1.2.2 <i>Fundamentos políticos da transição capitalista.....</i>	34
1.2.3 <i>Transição capitalista e Divisão Internacional do Trabalho</i>	43
1.2.4 <i>Brasil e suas regiões sob o domínio do modelo primário-exportador</i>	46

2. O Brasil na conservadora modernização capitalista 53

2.1 A consolidação da hegemonia dos EUA na primeira fase da desglobalização capitalista	59
2.2 A construção da modernidade capitalista no Brasil	64
2.2.1 <i>A modernização do Brasil no capitalismo periférico</i>	67
2.2.2 <i>A consolidação política antiliberal no interior da construção da sociedade urbana e industrial.....</i>	72
2.2.3 <i>O Brasil sob a hegemonia estadunidense no sistema capitalista mundial</i>	78
2.2.4 <i>O fim do arquipélago na ordem do progresso interno desigual.....</i>	85

3. O Brasil na desmodernização neoliberal.....	95
3.1 O esgotamento da Ordem Mundial e o novo recentramento do mundo	101
3.1.1 <i>O declínio relativo dos Estados Unidos e a desfiguração do sistema interestatal do pós-Segunda Guerra Mundial</i>	103
3.1.2 <i>Financeirização e capitalismo oligarca</i>	109
3.2 O movimento geral da desmodernização capitalista no Brasil	114
3.2.1 <i>A maioria política neoliberal na desmodernização do Brasil</i>	116
3.2.2 <i>Implicações internas da globalização e do deslocamento do centro dinâmico mundial para o Brasil na periferia do capitalismo</i>	123
3.2.3 <i>A ruína da sociedade urbana e industrial e a financeirização dos pobres</i>	128
4. Brasil: dinâmica espacial e enfraquecimento do encadeamento intersetorial	135
4.1 Dinâmica e reconfiguração interna da economia nacional no século XXI	142
4.2 A influência das balanças comerciais externa e interestadual sobre a dinâmica da economia nacional com base nas Grandes Regiões	153
4.2.1 <i>Região Sudeste</i>	157
4.2.2 <i>Região Nordeste</i>	161
4.2.3 <i>Região Sul</i>	168
4.2.4 <i>Região Centro-Oeste</i>	170
4.2.5 <i>Região Norte</i>	173
Referências bibliográficas	179

APRESENTAÇÃO

**OS TRÊS TEMPOS DO BRASIL
NA CONDIÇÃO DE PERIFERIA DO
CAPITALISMO MUNDIAL**

*A pobreza intelectual e moral do Brasil é
muito maior do que a pobreza material.*

João Manuel Cardoso de Mello

Os 200 anos que se sucederam à declaração da independência nacional, em 1822, podem ser divididos em quatro distintos períodos: mercantilismo, liberalismo, desenvolvimentismo e neoliberalismo. O primeiro, relativo ao modo de produção pré-capitalista, refere-se ao Império (1822-1889), que prevaleceu por 67 anos assentado no trabalho escravo sob a dominância do Estado absolutista a sustentar a família real, a nobreza e o clero.

A Primeira República ou República Velha (1889-1930), que durou 41 anos, constituiu o segundo período, estruturado em torno do Estado mínimo liberal a fomentar o capitalismo nascente, condicionado pelos interesses da oligarquia agrarista primário-exportadora. Da Revolução de 1930 à transição democrática da metade dos anos 1980, o terceiro período corresponde ao avanço modernizador do capitalismo urbano e industrial.

Conduzido pelo Estado desenvolvimentista, o sistema produtivo se tornou complexo, diversificado e integrado, porque, associado à substituição de importações, permitiu estruturar, em grande

dimensão, a burguesia, a classe média assalariada e o operariado manufatureiro. O quarto período, iniciado ao final da década de 1980, contempla a desmodernização assentada na regressão estrutural do sistema produtivo, com ampla expansão de massas sobrantes ao regime do capital.

Pela hegemonia neoliberal, o modelo econômico atual da especialização rentista e da reprimarização exportadora avançou capturado pela reforma gerencial do Estado, geradora da tecnoburocracia antidesenvolvimentista. Ao lado da ruína das classes básicas do capitalismo industrial, houve a ascensão do complexo primário-exportador articulado ao setor financeiro especulativo e ao comércio importador.

Em simples comparação temporal, os quatro distintos períodos podem ser hierarquizados segundo indicadores econômicos selecionados. Ao considerar o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, nota-se, por exemplo, que o período atual (neoliberal) apresenta o pior desempenho econômico de todo o regime republicano, desde 1889.

Nas últimas quatro décadas, por exemplo, o PIB *per capita* cresceu a uma média de 0,6% ao ano, enquanto, no período de modernização desenvolvimentista, entre as décadas de 1930 e 1970, a renda nacional dividida por habitantes aumentou 3,3% como média anual. Na República Velha (1889-1930), quando o capitalismo era nascente, o PIB *per capita* cresceu, em média, 0,7% ao ano.

Percebe-se, portanto, que o período atual consegue superar somente o do Império, quando o modelo de produção era pré-capitalista e a expansão média anual do PIB *per capita* foi de apenas 0,3% ao ano. A razão da prevalência do desempenho da renda nacional *per capita* muito desfavorável a partir de 1980 é fundamentalmente a perda do vigor econômico nacional.

Isso porque o crescimento médio anual da população brasileira foi o menor de todos os tempos. Entre 1980 e 2020, por exemplo, a expansão média anual da população nacional foi de somente 1,4%, ao passo que durante o Império foi de 1,7%.

No liberalismo, entre os anos 1889 e 1930, por exemplo, a população brasileira cresceu 2,2% ao ano. No período desenvolvimentista, entre os anos 1930 e 1980, o número de brasileiros aumentou 2,6% ao ano, a maior expansão média anual dos últimos 200 anos.

Do ponto de vista econômico, o esvaziamento da vitalidade nacional se encontra associado à forma com que o país ingressou na globalização a partir de 1990. Passiva e subordinadamente, o Brasil internalizou a fórmula balsâmica das altas taxas de juros combinada com a valorização cambial, acreditando que o problema do atraso nacional se devia ao Estado desenvolvimentista.

A primazia da condução neoliberal desde então se procedeu como se fosse uma espécie de segunda abertura dos portos “às nações amigas”. Na primeira abertura dos portos, conduzida por D. João VI, em 1808, assistiu-se ao ingresso na Era Industrial pela condição de comprador de bens e serviços industriais subordinada ao modelo econômico agrarista primário-exportador.

Isso somente foi rompido pela Revolução de 1930, quando o Brasil se afirmou na Era Industrial como país que de importador se transformou em exportador de bens e serviços industriais, alguns anos depois. Para isso, o liberalismo deu lugar ao nacional-desenvolvimentismo, próprio da fase da desglobalização capitalista registrada entre as décadas de 1910 e 1970.

Na segunda abertura dos portos, o Brasil ingressou na atualidade da Era Digital enquanto grande país consumidor. Ao deixar de produzir internamente os bens e serviços digitais, o país passou a perseguir, novamente, o modelo primário-exportador, com o

agravante de ter se convertido em plataforma de financeirização do estoque de riqueza velha.

Ou seja, o Brasil passou a repetir, guardada a devida proporção, a crescente dependência das receitas advindas das exportações de produtos primários e semiprocessados (especialização produtiva) para financiar importações de bens e serviços digitais. Com isso, o dinamismo econômico interno foi muito enfraquecido pelo abandono do sistema produtivo complexo, diversificado e integrado, o que explicita o desastre econômico do período neoliberal atual.

O reposicionamento do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) foi um importante sinal disso. De um lado, ocorreu a expansão das exportações no período 2000-2021, assentada, majoritariamente, na tríade agricultura-pecuária-extrativismo. Em maior grau, as Unidades Federativas (UF) caracterizadas como periféricas da dinâmica nacional obtiveram certo protagonismo. Até os anos 1980, mantinham baixíssima participação no PIB nacional, ademais da contida densidade demográfica. De outro, houve a maior aquisição externa de máquinas e equipamentos, mantida em torno de 40% das importações nacionais. Ao longo do primeiro quarto do século XXI, a crescente dependência externa nos bens e serviços de maior valor agregado e conteúdo tecnológico terminou por aprofundar o sentido do subdesenvolvimento nacional.

A despeito de revelar uma tendência à especialização, a balança comercial externa é localizada, com a particularidade do baixo encadeamento intersetorial, convergindo para a perda do vigor econômico nacional. A análise mais ampla realizada combinadamente com os dados da balança comercial interestadual, da participação setorial no Valor Adicionado Bruto (VAB) e da representação regional na produção nacional indica o quanto o desencadeamento intersetorial compromete o sistema produtivo nacional integrado, complexo e articulado herdado do projeto nacional-desenvolvimentista.

Nessas condições, o Brasil se encontra atualmente submetido à nova condição periférica que se configura no interior do sistema capitalista mundial. A cada uma de suas fases (comercial, industrial, financeira e, atualmente, informacional), o capitalismo opera a partir da existência de um centro dinâmico específico que compõe, diante de suas próprias circunstâncias, o seu entorno periférico.

Para assumir o centro dinâmico, três são os seus elementos constitutivos: moeda de curso internacional, poder militar e produção e difusão tecnológicas. Uma vez constituída essa tríade centralizadora, a hierarquia do sistema capitalista se consolida; sendo atualizada ao longo do tempo a relação direta e indireta com a periferia de países e regiões do mundo.

O Brasil pós-colonial se manteve relacionado periféricamente com os distintos centros dinâmicos ocidentais. Há 200 anos, por exemplo, com a crise do sistema colonial europeu, o Brasil emergiu através da montagem do Estado nacional, integrando-se à perspectiva do desenvolvimento capitalista liderada pela Inglaterra e ancorada ainda na prevalência da sociedade agrária.

Na época, a integração brasileira transcorreu na forma periférica, pagando a conta do consumo importado de bens e serviços industriais com a receita obtida pelo aprofundamento da exportação de produtos primários. No século XX, com a decadência inglesa e a ascensão estadunidense, a condição periférica do Brasil foi alterada, passando à posição de semiperiferia, com a internalização da produção de manufaturas e a constituição da nova sociedade urbana e industrial.

Neste início do século XXI, com os sinais crescentes do declínio estadunidense e a ascensão da Ásia, especialmente da China, avança o capitalismo informacional. Nesse cenário, o Brasil vem alterando a sua condição periférica, regredindo da posição alcançada de semiperiferia produtora e exportadora de bens industriais para a de periferia primário-exportadora.

A desistência histórica das elites desde a virada para o século XXI asfaltou a passagem para a nova condição periférica, cada vez mais rebaixada. Isso porque a resistência política interna, que até então procurava resguardar a soberania nacional, concomitante com as garantias possíveis de vida e trabalho melhores para todos, passou a ser minada interna e externamente.

Em face da inédita fase do capitalismo informacional, que se estrutura fortemente polarizado internacionalmente, transcorre o deslocamento do centro dinâmico do mundo do Ocidente para o Oriente. Nesse contexto, o Brasil, que aderiu à globalização de forma equivocada, pois passiva e subordinadamente, terminou perdendo graus de articulação e integração do seu complexo e diversificado sistema produtivo acumulado até o final dos anos 1980.

O resultado disso é o seu reposicionamento na DIT, passando de produtor e exportador de bens manufaturados para ser majoritariamente primário-exportador. Por consequência, a perda de vitalidade interna da economia nacional tornou o país crescentemente dependente de estímulos estrangeiros, uma vez que as decisões internas de produzir *commodities* não decorrem do atendimento ao consumo nacional, mas advêm da demanda externa.

O que sobra ao Brasil atual tem sido o avanço do capitalismo de plataforma, que, ao destruir o emprego da classe média e do operariado industrial, encaminha o novo movimento da desproletarização das grandes massas sobranes à situação de mera subsistência. Nessas condições, o papel do Estado tem se limitado à gestão das emergências, buscando postergar – como se comprasse tempo – a própria barbárie.

Para tanto, o Estado busca oferecer, ao andar de cima, a valorização financeira do estoque de sua riqueza velha, enquanto, ao andar de baixo, restam os programas assistenciais de formação das clientelas políticas conduzidas pelo renovado mandonismo e

coronelismo digital. Essa perspectiva não abre a possibilidade de reversão da trajetória periférica atual, a consolidar o país na situação de quarto maior consumidor/importador de bens e serviços digitais e um dos principais exportadores de produtos primários no mundo.

O reconhecimento de que o Brasil se encontra diante de uma nova condição periférica, regressiva, moldada pelo processo de desmodernização neoliberal, requer outra orientação nacional, assentada na formação de uma nova maioria política, capaz de construir outro horizonte de expectativas superiores para o conjunto da população. Do contrário, prevalece o rumo atual, que cancela o futuro da nação.

1

O BRASIL À DERIVA NO CAPITALISMO NASCENTE

Tudo está estremecido: a ordem e a liberdade.

Se o presente aflige, o futuro assusta.

Diário do Rio de Janeiro

O prolongamento da segunda fase da escravidão moderna tornou tardia a construção do capitalismo no Brasil, em que a transição da formação social pretérita decorreu da especificidade do processo de revolução política burguesa. A Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889) constituíram o ponto final da passagem para o capitalismo, iniciada ainda na década de 1850, quando o arranjo jurídico-institucional incorporou parte dos interesses da burguesia em formação no país.

A edificação de aparato legal pelo Estado imperial no Segundo Reinado (1840-1889) reconheceu e legitimou a posse e a propriedade privada através da Lei de Terras, em 1850. No mesmo ano, a institucionalização do Código Comercial regulou as atividades comerciais e profissionais de comerciantes, bem como definiu o aparato jurídico-burocrático necessário à garantia da efetividade da classe mercantil em estruturação no Brasil.

Da mesma forma, a aprovação da Lei Eusébio de Queirós interrompeu o longo e extremamente lucrativo tráfico negreiro, central à elite brasileira e a interesses externos, como os dos Estados Unidos da América (EUA), o principal construtor de navios ao comércio de escravos. A própria Inglaterra, que atuou fortemente

contra o tráfico no Brasil, manteve posição amena no caso de Cuba, sob o risco de anexação pelos EUA.

Para um país cuja trajetória estava vinculada diretamente ao tráfico negro, responsável por 12,4 milhões de africanos embarcados por navios, sendo 1,8 milhão de mortos durante a viagem, o rompimento com a escravidão não foi simples. Em plena década de sua Independência, o Brasil detinha 2/3 de sua população constituída por escravos, e a sua capital, a cidade do Rio de Janeiro, foi a maior cidade escravista desde a Roma Antiga.

Além disso, os lucros provenientes da produção para exportação, como a do café, eram a justificativa para a elite brasileira da época transigir com o horror humano da escravidão. O próprio dinheiro do tráfico e dos senhores de escravos formava parte do orçamento do Estado imperial e dirigia a política no Brasil.

Com o fim do tráfico negro, o contido aumento vegetativo da mão de obra escrava e o crescente custo interno do comércio interprovincial tornavam a escravidão finita ao longo do tempo, exigindo o ensaio com o trabalho livre, experimentado durante a Monarquia. Trinta e oito anos depois da aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, o Brasil avança na constituição do mercado de trabalho assalariado, base do avanço do capitalismo no país.

Diferentemente do padrão europeu, a transição capitalista no Brasil expressou especificidades decorrentes dos limites próprios da economia nacional escravista. Junto das restrições técnicas e econômicas, seja o caráter predatório dos recursos naturais, seja o escasso desenvolvimento tecnológico nas atividades produtivas, havia as limitações políticas e sociais dominantes na formação da sociedade brasileira.

Tudo isso contribuiu para que a constituição do capitalismo transcorresse sem bases materiais suficientemente amplas e profundas para a irradiação da revolução burguesa clássica. A ausência do

componente democrático confirmou o domínio do latifúndio e a afirmação do modelo econômico primário-exportador obstaculizador do acesso ao mercado de massa à produção interna de manufaturas.

A desagregação do trabalho forçado não perseguiu a constituição de uma ampla classe camponesa, especialmente com escravos libertos, embora a reforma agrária fizesse parte do movimento abolicionista, estabelecido desde o final da década de 1860. Colocada à margem do mercado de trabalho em formação, sobretudo no Sudeste, onde prevaleciam as atividades econômicas mais dinâmicas do país, a população negra e miscigenada se tornou inorgânica, pois sobrance aos requisitos do capitalismo nascente.

O componente orgânico da força de trabalho se deu pela abundante oferta de mão de obra imigrante da Europa, fundamentalmente branca. Em vez da restrição legal ao trabalho livre estabelecida durante a escravidão, passou a operar, na transição para o capitalismo no Brasil, o racismo materializado pelo projeto de branqueamento da sociedade. Segundo o censo demográfico de 1872, 2/3 do total dos habitantes brasileiros eram compostos por população não branca. Em 1940, por exemplo, o inverso era realidade, com 2/3 dos brasileiros declarados brancos.

Por um lado, interessa mencionar a certa lentidão para a transição capitalista no Brasil, se comparada com a experiência clássica de revolução burguesa. Tendo sido iniciada em 1850, com a Lei de Terras, o código comercial e o fim do tráfico negreiro, cujo ponto central ocorreu entre os anos 1880 e 1890, com a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a nova Constituição, a revolução política burguesa somente se consolidou no final da década de 1950, com o predomínio das atividades industriais.

O entrelaçamento histórico das burguesias agrária e industrial assenta-se no subdesenvolvimento e na dependência externa, que fundamentam a condição periférica do Brasil no sistema capitalista

mundial. Com isso, a estrutura de classes no país revela o quanto o bloco dominante se associa ao capital estrangeiro.

Desde o começo da transição para o capitalismo, o imperialismo se fez presente nas atividades de exploração mineral, nos serviços públicos (ferrovia, transporte urbano, energia elétrica e telefonia) e nas atividades financeiras (financiamento governamental e comércio externo). O espaço de constituição de uma burguesia interna no Brasil decorreu tanto da renúncia a protagonizar a industrialização nacional como da sujeição tecnológica.

Por outro lado, cabe destacar o regime político posto em marcha com a transição para o capitalismo no Brasil. O autoritarismo e a violência que marcam a trajetória da revolução política burguesa revelam a escassa cultura democrática no país.

Durante a República Velha, por exemplo, o capitalismo nascente conviveu com a inédita experiência de partido único, em completa ausência de partido nacional. A pluralidade partidária, verificada nos períodos de vigência da democracia representativa entre 1945 e 1964 e entre 1985 e 2016, foi interrompida por golpes de Estado.

O bloqueio democrático às massas, com a contenção da organização e da representação popular, faz parte da revolução política burguesa, interessada na prevalência do seu controle sobre os aparelhos de Estado. Quando ela é fortemente contrariada, o apego ao autoritarismo golpista se estabelece, motivado pelos interesses dominantes da burguesia interna, em geral associada às forças imperialistas.

Nesse quadro introdutório que se buscou conferir ao Brasil sob a deriva do capitalismo nascente, foram abordados os marcos pelos quais a mudança econômica se processou a partir do final do século XIX. Apresenta-se a seguir uma breve descrição a respeito da materialização das estruturas de poder a dominar a nova formação social durante a República Velha (1889-1930).